

## **TRABALHO E EDUCAÇÃO: O COTIDIANO DAS MULHERES JOVENS NA ESFERA DA REPRODUÇÃO SOCIAL EM SANTA TEREZINHA DE ITAIPU – PR**

*Work and education: the daily life of young women in the sphere of the social reproduction in Santa Terezinha de Itaipu – PR/Brazil*

BIANCHINI, Rejane Aparecida<sup>1</sup>

### **RESUMO**

Fruto do estudo realizado entre os anos de 2010 e 2012, o presente artigo tem como objetivo: apreender, compreender e analisar a relação entre o trabalho formal e a formação educacional das jovens mulheres (sujeitas da pesquisa) com faixa etária entre 18 e 29 anos, trabalhadoras dos setores formais de comércio e serviços do município de Santa Terezinha de Itaipu. O estudo apresenta os principais resultados obtidos durante a pesquisa que, por meio da aplicação do instrumental – questionário –, buscou compreender em que medida as jovens mulheres de Santa Terezinha de Itaipu vivenciam, em condições concretas, a frequência aos bancos escolares e o desenvolvimento das suas atividades laborativas na esfera do vínculo trabalhista formal. Os resultados indicam que variáveis repletas de conteúdos múltiplos determinam a existência dessas jovens. Conforme o trabalho simples amplia-se nos espaços das atividades laborativas, a relação trabalho-educação tem valor menor de incidência na esfera da reprodução social quanto à dimensão de expropriação da mais-valia. Todavia, amplia o grau de dominação no âmbito da consciência das trabalhadoras.

**Palavras-chave:** Educação; Trabalho e juventude; Mulheres jovens.

### **ABSTRACT**

Results of the study between the years 2010 and 2012, this article aims to: capture, understand and analyze the relationship between work and formal educational training of young women (subject search) aged between 18 and 29 years, workers of the formal sectors of trade and services in the municipality of Santa Terezinha de Itaipu. The study presents the main results obtained during the search, which, through the application of the instrument - the questionnaire - sought to understand to what extent, young women of Santa. Terezinha de Itaipu, experience, under all conditions, the frequency to school and development of their work activities in the sphere of formal employment contract. The results indicate that multiple variables filled with contents determining the existence of these youngsters. As work expands in simple spaces of work activities, the relationship between work and education has lower value in incidence in the sphere of social reproduction, as the scale expropriation of surplus value. But amplifies the degree of domination within the consciousness of the workers.

**Keywords:** Education; Work and youth; Young women.

---

<sup>1</sup> Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela UNIOESTE/Campus Toledo-PR, Especialista em Gestão Escolar pela Academia Brasileira de Ciências da Educação - ABRASCE, Graduada em Geografia pela Faculdade de Ensino Superior de São Miguel do Iguçu (FAESI-UNIGUAÇU). Professora da Secretaria da Educação do Estado do Paraná. E-mail: <regi.rejanebianchini@gmail.com>.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo percebe o jovem<sup>2</sup> enquanto ser social, como parte estruturante, em diferentes dimensões, para o desenvolvimento da sociedade humana. Inicialmente, observa-se a juventude sob duas óticas: uma que considera essa parcela populacional como possibilidade concreta de proporcionar mudanças nas condições socioeconômicas, contraditórias, que imperam nas sociedades; e outra que vê o jovem como alguém capaz de enfrentar os desafios para que o desenvolvimento socioeconômico seja alcançado. Em ambos os enfoques, destacam-se fatores externos como as condições sociais, econômicas, culturais e educacionais, como grandes interferências na atuação deles em meio à sociedade.

O que se percebe é que, com expressões desiguais ou em consonância, diferentes estudiosos referenciam a educação como um diferencial na formação do cidadão (FREIRE, 2001; FREIRE, 2006; PARO, 1997; CUNHA, 2006; MENEZES FILHO, 2001). A educação é vista como uma medida a ser tomada na solução de questões referentes a mudanças sociais, econômicas e em programas de amparo às crianças, adolescentes e jovens.

Além das expectativas de produção e consumo, a educação formal é a força que modifica o espaço geográfico e cria, em momentos determinantes, novos espaços criativos. Nesse sentido, o jovem passa a ser percebido como uma potencialidade, ao lhe ser atribuída a possibilidade de promover o desenvolvimento que se deseja.<sup>3</sup>

É nesse cenário repleto de elementos complexos que se qualifica o objeto de pesquisa (mulheres trabalhadoras e suas relações com a educação formal em Santa Terezinha do Itaipu). Estudar as relações materializadas – jovens e o mercado de trabalho – é o objeto de estudo demarcado, um ponto indissociável entre trabalho e educação formal. Conforme Antunes (2004), o trabalho é o meio pelo qual o indivíduo se torna humano.

O direcionamento do estudo para as jovens formalmente contratadas pelo mercado de trabalho ocorre em função de se estudar uma coorte<sup>4</sup> que apresenta algumas características homogêneas: a renda é obtida por todas,

---

<sup>2</sup> Conforme Castro, Aquino e Andrade (2009), a juventude é uma categoria que se apresenta em constante construção social e histórica. Por isso, não existe consenso em uma definição exata quanto à idade para se delimitar um jovem. Com base nessa premissa, adotou-se a delimitação etária utilizada pelo Estatuto da Juventude, pela Lei Federal n.º 4529/2004 que institui o jovem como sendo: as pessoas com idade entre 15 e 29 anos e que se subdividem em três subgrupos: jovem-adolescente dos 15 aos 17 anos; jovem-jovem dos 18 aos 24 anos; e jovem-adulto dos 25 aos 29 anos de idade. Por opção, neste estudo, para não conflitar com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aprovado pela Lei Federal n. 8.069 de 12 de julho de 1990, o qual define adolescente como a pessoa entre 12 e 18 anos de idade, utilizou-se o recorte etário para definir os jovens com faixa etária de 18 a 29 anos. Entretanto, neste trabalho, serão enfocadas as mulheres jovens a fim de delimitação de pesquisa.

<sup>3</sup> O conceito de desenvolvimento utilizado neste texto seguirá a concepção de Oliveira (2002), o qual considera que o desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, ou seja, além de aumentar o produto, devem-se melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social - pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia.

<sup>4</sup> Coorte é formada por um conjunto de pessoas que tem em comum um evento que se deu num mesmo período. Ver: Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia, de Carvalho, Sawyer e Rodrigues (1998).

mesmo que não nas mesmas proporções; o ramo do trabalho desempenhado nos setores de comércio e de serviços<sup>5</sup> em Santa Terezinha de Itaipu é o mais equiparado de acordo com as exigências para a contratação; a faixa etária proporciona uma diferença menos significativa quanto aos interesses em obtenção de formação escolar, além de outras tantas peculiaridades em comum dessa coorte, como, por exemplo, o sexo, as condições socioeconômicas, os interesses culturais similares.

Dessa forma, o gênero foi delimitado nesse trabalho a partir de alguns determinantes, em especial em função dos grandes desafios enfrentados pelas mulheres brasileiras ao se inserirem nas atividades produtivas com um patamar de igualdade de oportunidades e de salários em relação aos homens (HIRATA, 2003). Os estudos sobre essa linha de pesquisa demonstram grandes transformações no papel da mulher diante da sociedade. Essa temática se insere no contexto das transformações demográficas, econômicas, culturais e políticas que o Brasil atravessa.<sup>6</sup> Nesse contexto, a mulher exerce um papel cada vez mais representativo e, apesar das diversas discussões existentes acerca das questões de gênero, merece maior atenção dos pesquisadores porque tem apresentado rápida evolução, principalmente quanto à crescente inserção dela no mercado de trabalho.

No município de Santa Terezinha de Itaipu, conforme os dados da RAIS-MTE (Relação Anual de Informações Sociais e do Ministério do Trabalho e Emprego) de 2011, o número de mulheres no mercado de trabalho cresce em proporções aritméticas. Isso demonstra que as mulheres ocupam cada vez mais espaços significativos nos postos de trabalho no município. Sendo assim, optou-se por ramos de atividades trabalhistas que mais empregam mulheres com o perfil requerido – os setores de comércio e de serviços.

A delimitação territorial dessa pesquisa ocorreu por dois motivos: primeiro, por ser o município de residência da pesquisadora, conhecedora de grande parte das empresas locais, dos proprietários e de alguns moradores; segundo, devido à localização geográfica que o territorializa como uma região periférica,<sup>7</sup> subordinada às dinâmicas dos municípios-polo de entorno,<sup>8</sup>

---

<sup>5</sup> De acordo com a classificação do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o setor terciário abrange os seguintes subsectores: comércio; alojamento; alimentação; transportes; telecomunicações; intermediação financeira; seguros e previdência privada; atividades imobiliárias; serviços de informática; administração pública; pesquisa e desenvolvimento; educação; saúde; serviços sociais e serviços pessoais e domésticos.

<sup>6</sup> Rocha (2000) destaca alguns indicadores das transformações evidenciadas em nosso país, como a queda das taxas de fecundidade, o envelhecimento da população, o aumento do número de famílias chefiadas por mulheres, a expansão da escolaridade, os novos valores quanto ao papel das mulheres, entre outros.

<sup>7</sup> O conceito de território aqui utilizado seguirá os princípios de Friedrich Ratzel, em que os territórios passam a ser definidos sob as forças do poder onde as áreas periféricas se subordinam à tensão e às disputas. Para a leitura sobre as novas tendências do conceito de territórios, ver o texto: "Transformações no Conceito de Território: competição e mobilidade na cidade", de Valverde (2012).

<sup>8</sup> No caso do município de Santa Terezinha de Itaipu, os polos de referência são os municípios de Foz do Iguaçu, a 22 km de distância aproximadamente, e o município de Cascavel, a 141 km aproximadamente, sendo o primeiro o que mais influencia demográfica e economicamente. Para maiores detalhes sobre os municípios-polo e suas influências nos municípios de entorno da região oeste do Paraná, ver o texto: "O Continuum, a localização do emprego e a configuração espacial do Oeste do Paraná", de Alves *et al.* (2007).

transformando-o numa cidade dormitório de densidade demográfica relativamente alta. Esses fatores, teoricamente, proporcionam uma menor evolução nas ocupações formais, em parte pela baixa especialidade nos diversos setores e, por outro lado, pela dependência dessas especialidades dos municípios de entorno.

Desse modo, despontam os questionamentos: *Por serem moradoras no espaço urbano e pertencerem a uma cidade provinciana, como podem ser garantidas as condições para que a formação escolar ocorra com maior frequência entre elas? Que condições efetivas oportunizam as mulheres trabalhadoras de 18 a 29 anos, vinculadas profissionalmente aos setores de comércio e de serviços, no município de Santa Terezinha de Itaipu, frequentar os bancos escolares do ensino fundamental, médio e universitário?*

Essas questões nortearão o trabalho a fim de responder a questão fundamental deste estudo: *Em que medida as jovens mulheres de Santa Terezinha de Itaipu vivem, em condições concretas, frequentar os bancos escolares e desenvolver suas atividades laborativas na esfera do vínculo trabalhista formal?*

O objetivo geral, portanto, é apreender, compreender e analisar a relação entre o trabalho formal e a formação educacional das mulheres, com faixa etária entre 18 e 29 anos, trabalhadoras nos setores de comércio e de serviços do município.

#### **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Este estudo teve início no ano de 2011, por meio de levantamentos e observações de dados secundários obtidos junto à RAIS-MTE, referentes à evolução das ocupações das trabalhadoras, com o objetivo de formar uma ideia preliminar da realidade.

Após esse estudo, buscou-se observar, na literatura, a importância da escolaridade na vida dos jovens. Posteriormente, foi verificado, através do estudo de campo, por meio da aplicação de questionários, aspectos da realidade das mulheres que foram sujeitas dessa pesquisa e por que essa realidade se constitui, assim, no município de Santa Terezinha de Itaipu.

Foram distribuídos, entre as trabalhadoras do município, 100 questionários<sup>9</sup> que foram respondidos por escrito por cada informante. Destes, 98 foram devolvidos para análise. A construção do questionário pautou-se, metodologicamente, em questões abertas de opinião, fechadas de duas escolhas (sim ou não) e outras, enfim, de múltipla escolha. A metodologia adotada em relação ao instrumental teve por finalidade ressaltar a importância da colaboração da informante a fim de melhor responder aos interesses da pesquisa. Depois de recolhidos todos os questionários, iniciou-

---

<sup>9</sup> Ressalta-se que, conforme os dados iniciais coletados junto a RAIS-MTE em Santa Terezinha de Itaipu, em dezembro de 2011, 316 mulheres com esse perfil estavam vinculadas profissionalmente aos setores de comércio e de serviços. Esses dados correspondem a 33% do total dessas mulheres.

se a tabulação dos dados obtidos junto às trabalhadoras e, por conseguinte, o processo de classificação, descrição e análise.

Para classificar a pesquisa, foram utilizados os fundamentos metodológicos de Silva e Menezes (2001) e Forte (2004). Com base nesses autores, entendeu-se que a pesquisa pode ser classificada quanto à sua natureza, como uma pesquisa básica de caráter qualitativo. Segundo os objetivos propostos, como descritiva e também exploratória. Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, esse estudo deve também ser considerado bibliográfico. E, por fim, ainda se caracteriza como de levantamento amostral, uma vez que envolveu, de certa forma, a interrogação direta das pessoas cujo comportamento se desejava conhecer.

Essa pesquisa envolveu o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados como a observação sistemática e o questionário. A observação se deu de forma sistemática através do planejamento e da realização em condições controladas para responder aos propósitos preestabelecidos (SILVA; MENEZES, 2001).

Para a tabulação dos dados, foram utilizados recursos manuais e computacionais. Posteriormente, realizou-se a análise dos resultados obtidos a fim de responder ao problema e aos objetivos da pesquisa. Ao final, foram apresentados os resultados aproximativos do estudo em questão.

#### **O PAPEL DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO**

Pode-se considerar que a inserção efetiva da mão de obra feminina no mercado de trabalho ocorreu no início do século XX, apesar de já serem constadas desde o século XVII, com a constituição do movimento feminista em sua dimensão política. Desde então as conquistas femininas se tornaram mais evidentes. Entretanto, Hirata (2003) destaca que, apesar do importante avanço rumo às conquistas de espaços no mundo do trabalho, considerado até longa data um espaço estritamente masculino, a mulher enfrentou e ainda enfrenta muitas barreiras para a consolidação de patamares de igualdade aos homens.

As estatísticas demonstram que a mulher é mais explorada que o homem e, ainda por cima, é vítima de grande violência, tanto física quanto moral (AGOSTINI, 2004). As mulheres enfrentam sérios problemas com a discriminação. Acabam enfrentando dupla jornada de trabalho, visto que a maioria delas continuou e continua responsável por todas as atividades domésticas, inclusive pela educação dos filhos e, mesmo tendo maiores índices de escolaridade, os salários das mulheres são menores que os dos homens até mesmo se forem desempenhadas as mesmas funções (HIRATA, 2003). Essa diferença, de acordo com Probst (2008), pode ser mais evidenciada nas funções menos qualificadas. Em relação às funções mais qualificadas, os rendimentos das mulheres são mais equiparados aos dos homens. Entretanto, conforme a autora, no Brasil, atualmente as mulheres somam aproximadamente 40% da força de trabalho, mas ocupam somente em torno de 25% dos cargos de gerência. Acrescenta que os estudos realizados demonstram que no universo do trabalho as mulheres são ainda mais preferidas para as funções de rotina.

Embora já se perceba alguns homens participando mais das atividades domésticas, a maior parte continua aos encargos da mulher. Apesar de possuírem um perfil muito diferente daquele do começo do século, a mulher, além de trabalhar e muitas vezes ocupar cargos importantes e de grandes responsabilidades, assim como os homens, aglutina as tarefas domésticas tradicionais.

Entretanto, atualmente, cabe a observação da inserção feminina no mercado de trabalho sob uma ótica otimista. Percebe-se, gradativamente, a procura destas por minimizar as disparidades em relação aos homens. Entre as observações, destacam-se Agostini (2004, p.74) afirmando que “sob o aspecto da instrução as mulheres já superam os homens”; Hirata (2003) acrescentando que, no Brasil, novas pesquisas demonstram que as mulheres são escolhidas para a maior parte das novas vagas e que, coincidentemente, elas têm se preocupado mais com a instrução do que os homens; Probst (2008) descrevendo que, de acordo com dados da Fundação Seade, em 1994, 35% das mulheres contavam com o ensino médio completo. Ao final da década, esse número chegou a 43% e que, conforme o IBGE, em 2007 a taxa de frequência líquida das mulheres no ensino médio atingia 53,8% e já representava superioridade de 11 pontos percentuais em relação aos homens. Probst (2008) destaca ainda que pesquisas recentes revelam que, em média, 30% dos currículos femininos já apresentam mais de dez anos de escolaridade, contra 20% dos currículos de profissionais do sexo masculino. De acordo com a autora, a boa notícia é que as diferenças nos rendimentos, apesar de serem grandes, vem caindo rapidamente e a diferença nos ganhos tende a inexistir em futuro próximo.

Para concluir, em face desse fenômeno, identifica-se uma mudança de valores sociais nos quais as mulheres detêm, cada dia mais, o comando das famílias e das empresas. Presentemente, os comandantes ainda são na maioria os homens, mas a participação delas ganha espaços consistentes em áreas que antes eram estritamente masculinas. Dessa forma, a mulher enquanto profissional passa a ser respeitada. E, para estas, assumir espaços significativos no mercado de trabalho, ou seja, fora de casa, torna-se uma conquista cada vez mais importante. Contudo, seu ingresso no mercado de trabalho pode ser considerado uma vitória. Trata-se de um avanço relativamente lento, porém materializado. Por fim, pode-se dizer que, mesmo onde o avanço das conquistas femininas for significativo, provavelmente ainda será ampliado.

#### **APROXIMAÇÃO DESCRITIVA, ANALÍTICA E CRÍTICA DOS SUJEITOS PESQUISADOS**

O presente estudo empírico, apontado por dados primários e secundários, pautou-se em desvendar as conexões que aparecem nas singularidades dos objetos em sua forma imediata. A análise está fundamentada, principalmente, na teoria dialética de alguns estudiosos como Marx (1975), Mészáros (2008), Antunes (2004), Batista (2002) e Alves (2005), embora outros teóricos também a tenham embasado.

Tendo como preocupação a revelação das informações obtidas por meio do instrumental – questionário –, seguem algumas indicações em que se apresentam os dados coletados, sua descrição e uma aproximação analítica

das determinações possíveis que se conseguiu revelar a fim de responder ao problema da pesquisa e aos objetivos traçados.

#### **AS TRABALHADORAS DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU EM QUESTÃO: UMA APROXIMAÇÃO COM A REALIDADE CONCRETA DESSAS MULHERES**

O primeiro eixo a ser tratado, considerando a realidade das sujeitas entrevistadas, diz respeito à situação do vínculo profissional das jovens nas atividades laborais que desenvolvem nas empresas dos setores de comércio e de serviços do município de Santa Terezinha de Itaipu/PR. A aproximação com o trabalho cotidiano das mulheres é parte constitutiva dessa pesquisa e está materializada nos primeiros resultados que demonstram o número e/ou percentuais de trabalhadoras dos setores formais de comércio e de serviços em Santa Terezinha de Itaipu, conforme a função exercida na empresa.

Pode-se aferir que 78,6% das entrevistadas (77 jovens) desempenham funções, em sua maioria, mecânicas e repetitivas, o que, de acordo com Antunes (2004), torna o trabalho estranho a quem o executa, pois se trata de um trabalho automático, não exigindo reflexão nem criatividade. Apenas 21,4% das funções desempenhadas pelas trabalhadoras entrevistadas (21 mulheres) possibilitam vivenciar, em suas atividades, uma maior autonomia e liberdade. São as funções que oferecem um contato social mais amplo, podendo promover a reflexão dos atos praticados ao desempenhá-las. Essas funções compreendem as das jovens que executam as tarefas de professoras e educadoras infantis, enfermeiras, psicóloga, fonoaudióloga, recreadora infantil e agentes de saúde.

Destaca-se que, das 24 funções listadas, a função mais desempenhada pelas jovens entrevistadas é a de vendedora. O cargo é ocupado por 30,6% das jovens entrevistadas. A segunda função mais desenvolvida é a de secretária. Somando essas duas funções, têm-se as tarefas de 42,8% das jovens entrevistadas. Pode-se dizer que essas funções se apresentam como a característica mais marcante das formas capitalistas de produção no trabalho. Isso se dá porque, de acordo com Alves (2005), essas tarefas subordinam a mercadoria “força de trabalho” aos ditames capitalistas. Ainda conforme o autor, nessa tarefa ocorre a negação do trabalho em função da acumulação do lucro, uma vez que possui, no processo da venda, a circulação de mercadorias sob os moldes de serviços.

Nesse sentido, percebe-se que o mercado de trabalho no município segue a lógica capitalista em seus fundamentos primários: retirar o trabalho excedente de cada trabalhador para poder apropriá-lo enquanto capital (BATISTA, 2002). Dessa forma, conforme Marx (1975), o capital criou e recria formas de reproduzir-se como sistema, utilizando-se de estratégias que manipulam a classe trabalhadora segundo seus interesses produtivos, reprodutivos e cumulativos. E, assim, movido pelo ideal de acumulação, emergem as diversas formas de trabalhos precários, pelas quais se explora o trabalhador, pagando baixos salários sem nenhuma garantia de proteção social (SANCHIS, 1997).

Essa característica pode ser observada nas jovens Itaipuenses entrevistadas, pois recebem baixos salários, trabalham extensas jornadas e pouco participam de sindicatos. A grande maioria das jovens entrevistadas (74,5%

ou 73 jovens) recebe rendimentos mensais entre um e dois salários mínimos.<sup>10</sup> 80,6% das jovens trabalhadoras (79 jovens) não participam de sindicato e, apenas, 34,7% (34 jovens) cumprem uma carga horária aproximada ou menor que a prevista pela legislação trabalhista.<sup>11</sup> Os 65,3% das jovens trabalhadoras entrevistadas restantes (64 jovens) excedem a carga horária laboral prevista em lei. Vale dizer que, destas 64 mulheres, uma trabalha 45 horas semanais; seis trabalham 56 horas; quarenta trabalham 48 horas; doze trabalham 54 horas; quatro trabalham 70 horas; e uma jovem trabalha 72 horas por semana.

Além disso, muitas jovens não contam nessas cargas horárias descritas acima o período diário que necessitam permanecer na empresa, fazendo trabalhos extras, como limpeza, balanço, arrumações e o atendimento a clientes que não podem utilizar os serviços da empresa durante o horário comercial.

Acresce-se, ainda, o fato de os rendimentos mensais serem baixos, levando algumas dessas jovens a procurarem alternativas de complementação para os rendimentos mensais. Essas atividades são praticadas, muitas vezes, na informalidade, pois não exigem dedicação exclusiva e, por isso, não dão às trabalhadoras o retorno legal de uma atividade do setor formal. Enfim, esses fatores apresentam a forma de alienação dessas trabalhadoras que, ao fazerem parte de uma sociedade de valores extremamente capitalistas, possuem sua força de trabalho e seu tempo condicionados à lógica do capital (MÉSZÁROS, 2008) que suga, explora, expropria as energias físicas e psíquicas do trabalhador.

Entende-se que uma forma de transformar essa condição é por meio da educação. Mas essa educação não pode ser a mesma que vem sendo oferecida na atualidade. Teria que ser uma educação libertadora (FREIRE, 2001). Uma educação para além do capital (MÉSZÁROS, 2008). Talvez, por esse motivo, a educação não seja valorizada pelos capitalistas. A educação, vista pela ótica do capital, restringe-se a graus de escolaridade (o que não garante uma educação de qualidade), mas que, mesmo assim, não é necessária para atender à demanda da maioria das funções trabalhistas requeridas pelo mercado.

Seguindo essa lógica, as empresas de Santa Terezinha de Itaipu não exigem elevada escolaridade de seus trabalhadores, uma vez que se apresentam como empresas com o mínimo de especialidade. Dessa forma, a escolaridade exigida é a que, minimamente, atende aos interesses econômicos das empresas no município e, em geral, concentra-se em torno do Ensino Médio.

Na realidade, ao se apresentarem com baixa escolaridade, os trabalhadores, de modo geral, tendem a aceitar menores salários e maiores exigências internas, a fim de que seja garantida a acumulação excedente dos lucros

---

<sup>10</sup> Valor correspondente a R\$ 545,00, salário mínimo do ano de 2011, quando se iniciou a coleta dos dados.

<sup>11</sup> A legislação trabalhista estabelece que, salvo os casos especiais, a jornada normal de trabalho deverá ser de oito (8) horas diárias que, somadas, não deverão ultrapassar quarenta e quatro (44) horas semanais.



pelos proprietários das empresas em que esses jovens trabalhadores estão inseridos (SANCHIS, 1997).

Albernaz, Ferreira e Franco (2002) compreendem que a demanda por escolaridade decorre da crescente valorização da mesma como estratégia de melhoria de empregabilidade. Como a empregabilidade é limitada, a escolaridade não é tão exigida pelas empresas.

A maioria das funções desempenhadas pelas trabalhadoras entrevistadas são funções de baixa especialidade técnica, e poucas empresas locais oferecem treinamentos para seus funcionários. No município, das vagas ocupadas pelas trabalhadoras entrevistadas, apenas 55,1% delas passaram por alguma forma de treinamento. O que se verifica é que as vagas ocupadas são preenchidas por funções simples, pouco diversificadas, permitindo a colocação no mercado de trabalho local sem elevados níveis de escolaridade. Por esse motivo, a maioria das jovens trabalhadoras do município também não se preocupa em frequentar algum curso em nível universitário.

Em Santa Terezinha de Itaipu, seguindo o modelo de internalização dos conhecimentos e de valores culturais que levam à reprodução do sistema capitalista de produção, descrita por Mészáros (2008), a maioria das empresas não oferece incentivos para os retornos aos bancos escolares (57,1%). De acordo com as informações coletadas junto às trabalhadoras, apenas 42,9% (42 mulheres) disseram que a empresa em que trabalham oferece alguma forma de incentivo para o retorno à escola. Dentre esses incentivos, destaca-se a “flexibilização do horário de saída do trabalho”, descrito por 20,4% das jovens. Há que se considerar que essa medida, advinda da política das empresas, não se enquadra como benefício, uma vez que as trabalhadoras negociam o horário de saída da empresa e não possuem sua carga horária laboral diária reduzida.<sup>12</sup>

Assim, essas jovens, por necessidades financeiras, sujeitam-se ao processo exploratório sob pena de não conseguirem arcar com todas as suas despesas e até mesmo com as que o estudo acarreta. Pode-se perceber, então, a desvalorização do ser humano pelo capital. Este somente se preocupa com a venda da mercadoria “trabalho”. O ser humano não é pensado em sua totalidade enquanto sujeito, mas enquanto coisa, igual a qualquer outra mercadoria que apresenta, em sua forma concreta, valor de uso disponível para a troca (BATISTA, 2002).

Mészáros (2008), levando em consideração a centralidade do ser humano, diz que é necessário pensar essa sociedade superando a lógica capitalista, que educa reforçando o individualismo por meio da realização de ações competitivas, qualifica simplesmente para o mercado, não para a vida. Essa forma de procedimento cotidiano contribui, decisivamente, para ampliar o grau de alienação dos trabalhadores em relação ao processo de negação de sua essência humana. Para Marx (1975), somente por meio de processos

---

<sup>12</sup> Essas jovens, às vezes, entram mais cedo no trabalho para compensar o horário em que devem sair ao fim do dia para estudar. Outras vezes, repõem essas horas ficando até mais tarde no trabalho nos dias em que não possuem aulas. A maioria delas repõe essas horas aos sábados, que não são considerados dias letivos. Aquelas jovens que já trabalhariam aos sábados trocam seu horário de almoço para pagar as horas devidas ou ficam no trabalho no sábado durante o período necessário para repor a carga horária que devem.

revolucionários, culturais, nas relações estabelecidas entre os homens e as coisas e, principalmente, entre os próprios homens, será possível dar saltos ontológicos. Desse modo, as trabalhadoras locais entrevistadas se tornam sujeitas manipuláveis do capital. Pode-se perceber isso, ao se observar os dados coletados em que se constata que a obtenção do conhecimento para além do capital não é almejado.

Conforme os dados coletados e sistematizados, 74,5% das jovens disseram que, se não trabalhassem na empresa em que trabalham atualmente, trabalhariam em outra empresa ou procurariam outro trabalho. Apenas 5,1% das jovens entrevistadas disseram que, se não trabalhassem, estudariam. Esses dados amostrais confirmam a teoria marxiana: o capital é irreformável, pois, pela sua própria natureza, como totalidade sistêmica, é incorrigível.

Mészáros (2008) enfatiza que essa lógica incorrigível impacta, cruelmente, sobre a educação. Constrói e desenvolve a alienação no ser humano em suas diferentes manifestações, gerando um novo analfabetismo. Alienados, o máximo que conseguem é dizer o que ocorre, mas não conseguem explicar. As jovens dizem que o trabalho lhes veda o acesso a muitas coisas típicas da liberdade humana, mas não entendem sua essência, pois não sabem como libertar-se.

Isso, muitas vezes, é típico nos discursos econômicos, nos quais as soluções se mostram simplesmente de maneira formal. Para Mészáros (2008), as soluções não podem ser apenas formais, elas devem buscar revelar a essência.

Dessa maneira, a pesquisa apresenta a realidade trabalhista das jovens itaipuenses. Com ela, apreende-se que o trabalho, como uma dimensão essencial, cêntrica do ser humano, se confunde com a força de trabalho, negociada como uma mercadoria pelo mercado. Expressa-se aqui uma crítica às formas de trabalho voltadas para o capital e a favor da subversão de valores e conceitos que negam o prazer e a dignidade da vida com liberdade. Seguindo esse caminho, apresenta-se, no próximo item, a situação escolar dessas trabalhadoras.

#### **NÍVEL DE ESCOLARIZAÇÃO DAS MULHERES TRABALHADORAS**

O conteúdo que ora se apresenta busca reconhecer a realidade das jovens através do seu perfil formativo. Levanta-se uma relação entre a faixa etária, estado civil, escolaridade e frequência escolar, com a necessidade ou não de uma qualificação imposta pelo sistema capitalista atual.

Em Santa Terezinha de Itaipu, as trabalhadoras entrevistadas situam-se na faixa etária entre 18 e 29 anos. Ao considerar as faixas etárias destas trabalhadoras, segundo o conceito de juventude determinado pelo Estatuto da Juventude utilizado nessa pesquisa, destacam-se dois grupos distintos. O primeiro representa as jovens-jovens, com idade dos 18 aos 24 anos, e o segundo, as jovens adultas, com idade dos 25 aos 29 anos. O primeiro grupo forma a parcela mais significativa das idades das trabalhadoras entrevistadas, correspondendo a mais de 60%.

Isso significa que o capitalista local está selecionando trabalhadoras com idade entre 18 e 24 anos e estabelecendo sua preferência por força de

trabalho com energia física e psíquica ainda não muito explorada (MARX, 1975). Esse fato concreto se explica porque o capitalista está sempre preocupado em expropriar a maior quantidade de trabalho vivo excedente possível (BATISTA, 2002).

Como a ligação entre a juventude e a educação são intrínsecas, como pode a segunda ser garantida se o ingresso no mercado de trabalho passa a ser a principal forma de a sociedade capitalista adquirir essa força de trabalho pouco explorada e excedente?

Assim sendo, a escolaridade passa a ser, de certa forma, o segundo plano dos jovens, principalmente para os de classe social média e baixa, como é o caso de grande parte das trabalhadoras locais entrevistadas.

As jovens Itaipuenses entrevistadas, em sua maioria (65,3%), estudam até completar o ensino médio.<sup>13</sup> Apenas 33% (aproximadamente) dessas 98 jovens procuram obter uma escolarização mais elevada. Porém, ao se levar em conta o estado civil dessas jovens, ver-se-á que, para as casadas, ainda é mais difícil avançar na escolaridade para a realização de cursos superiores e especializações. Dos 33% das jovens que estão na faculdade ou já concluíram o ensino superior, 23% são solteiras e apenas 10% são casadas.

Ao se analisar, separadamente, os níveis de escolaridade relacionados ao ensino superior, verifica-se que o percentual das jovens casadas que já concluíram o ensino superior é de 16,3% e é bem maior do que o percentual de solteiras 5,5%. Quando, contudo, observam-se as quantidades e o percentual das jovens que cursam atualmente o ensino superior, percebe-se que a diferença é muito mais significativa entre as casadas e as solteiras. Apenas 2,3% das jovens casadas estão cursando o nível universitário, contra 21,8% de jovens solteiras.

Além disso, percebe-se, também, uma grande diferença entre os estados civis no desempenho escolar posterior à graduação, pois 14,5% das jovens solteiras já concluíram um curso superior e estão cursando ou já concluíram pelo menos um curso de especialização. E apenas 4,7% das jovens casadas estão nesse nível de formação. Esses dados sugerem que as responsabilidades relacionadas ao casamento possam ser fatores determinantes para a continuação dos estudos.

Hirata (2003) descreve que as mulheres ainda possuem uma situação desvantajosa em relação aos homens, pois, além de enfrentarem longas jornadas de trabalho, culturalmente é delas a responsabilidade pelos afazeres domésticos e pela educação dos dependentes. Além disso, há que se considerar o fato de que a mulher, muitas vezes, apresenta, por sua própria natureza, a responsabilidade de ser a cuidadora do lar e da família. De acordo com a autora, esses fatores acabam gerando uma sobrecarga de afazeres que refletem, muitas vezes, nas desvantagens em relação à escolaridade. Pode-se dizer que muitas das responsabilidades domésticas dessas jovens surgem após a mudança da vida de solteira para a vida de

---

<sup>13</sup> De qualquer modo, essa formação escolar pode ser considerada alta, ao se comparar com a média nacional de escolaridade dos brasileiros, que, segundo o IBGE (2010), se concentra em torno dos anos finais do ensino fundamental.

casada ou através da maternidade, casos que podem ser observados nos dados que apresentam a frequência escolar das jovens entrevistadas.

Quanto à frequência escolar, o mais significativo é o percentual da não frequência (56,1%), contra o das que estudam (43,9%). Entretanto, ao se comparar, também, esses percentuais desagrupados segundo o estado civil das jovens, pode-se verificar que o percentual das jovens casadas que não estudam é significativamente maior do que o das jovens solteiras que não estudam, correspondendo a 64,7% contra 47,3%, respectivamente.

Esses dados permitem afirmar que a escolaridade está sendo cada vez mais almejada pelas mulheres entrevistadas. Mesmo assim, algumas condições próprias da mulher, como a responsabilidade da maternidade e o cuidado com o lar após a constituição da família, passam a ser um agravante para a continuação dos estudos para algumas jovens. De qualquer modo, para as jovens que “escolheram” permanecer no município, trabalhando em empresas do setor de comércio e/ou serviços atualmente, pouco serviria elevar seu nível escolar, uma vez que, conforme já descrito no eixo anterior, as vagas locais não são exigentes em relação a essa titulação. Nem mesmo são exigidas qualificações específicas para desempenhar as funções laborais que elas já desenvolvem.

Observa-se, também, que, apesar dos intensos avanços tecnológicos no mundo do trabalho e destes terem conseguido inserir-se quase que homogeneamente em todas as empresas, isso pouco reflete na demanda da mão de obra local. Verifica-se que as jovens que trabalham em Santa Terezinha de Itaipu não apresentam dificuldades em lidarem com esses avanços, uma vez que as exigências para as funções oferecidas não são tecnologicamente muito avançadas.

Dessa forma, a escolaridade tratada nesse eixo se mostra não tão significativa para a realidade dessas jovens e isso ocorre, talvez, porque, mesmo sem saber, essas jovens percebem que as instituições formais de educação são uma parte importante do sistema global de internacionalização. Mészáros (2008) diz que, quer os indivíduos participem ou não das instituições formais de educação, eles devem ser induzidos a uma aceitação ativa dos princípios reprodutivos orientadores dominantes na própria sociedade, adequados à sua posição na ordem social. Para o autor, apenas a mais consciente das ações coletivas poderá livrá-los dessa grave e paralisante situação. Nesse sentido, a finalidade da educação é vista pelo autor como a transcendência positiva da autoalienação do trabalho. Essa concepção de educação assinala um afastamento das práticas educacionais dominantes sob o capitalismo avançado. E isso se constitui um grande desafio.

Pode-se afirmar, após apresentação e análise deste cenário, com base no pensamento de Mészáros (2008), que, sem rupturas nas relações de produção e de reprodução sociais que estão sob o controle do capital, não poderá haver mudanças profundas no sistema educacional e nem mesmo na sociedade. É necessário romper com a lógica do capital se se deseja contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente. Sendo assim, compartilha-se com as premissas que fundamentam a teoria e a metodologia marxiana de que o novo nasce no interior do velho,

e, sem inventar novas formas de tratar e desenvolver um novo projeto societário, não se poderá ir para além das ações imediatas e distantes até de qualquer possibilidade de reforma.

Nesse horizonte traçado, tratar-se-á, nos próximos dois eixos, sobre as possibilidades e limites presentes no cotidiano dessas jovens para que as mesmas frequentem os bancos escolares e sobre os fatores considerados empecilhos para o seu retorno. Poderão ser verificados, através dos dados coletados, que fatores impedem a frequência escolar dessas jovens, bem como as condições objetivas que influenciam suas escolhas.

#### **CONDIÇÕES NEGATIVAS PARA A FREQUÊNCIA ESCOLAR DAS TRABALHADORAS**

Com base neste estudo, pode-se perceber a importância determinante da formação educacional na vida das jovens trabalhadoras. Verifica-se, também, que 100% das jovens entrevistadas consideram a educação escolar importante para a sua completa formação. Entretanto, observa-se que mais da metade das jovens entrevistadas, 56,1% (55 jovens), não está frequentando os bancos escolares atualmente. De acordo com as informações obtidas, são diversos os fatores listados que atuam como empecilhos à frequência escolar.

O motivo mais significativo marcado pelas jovens como entrave para a continuação dos estudos é o custo dos estudos. 69,2% das jovens que não estudam não o fazem porque *contam com recursos financeiros insuficientes para custear* os materiais escolares necessários para o curso que desejam fazer, representando 7,3% das entrevistadas; o transporte escolar, representando 5,5%, e os estudos propriamente ditos, correspondendo a 56,4% das entrevistadas.

Outra alternativa marcada que torna interessante sua análise, apesar de representar um percentual pequeno de marcações (7,3%), é a que se refere às *dificuldades* enfrentadas por essas jovens *em passar nos exames vestibulares em uma universidade pública* (na qual teoricamente não haveria custos). Observa-se que as jovens listam os custos dos estudos sem considerar a possibilidade de ingressar em instituição pública, pois, culturalmente, é genérica a concepção de que só consegue vaga em universidade pública os alunos que estão mais preparados. Essas jovens não se consideram entre esses preparados. Albernaz, Ferreira e Franco (2002) dizem que a evidência desse aspecto está no desempenho superior da escola particular em relação ao da escola pública. Isso quer dizer que há escolas no Brasil onde os alunos estão aprendendo menos do que deveriam.

Esse fato permite dizer da má preparação da escola pública para os avanços escolares, quando esta não consegue oportunizar aos seus alunos as respectivas vagas no ensino superior público. Nessa análise, pode-se considerar a realidade capitalista brasileira de divisão de classes sociais, realidade na qual é comum a distribuição desigual de recursos básicos para a maioria da população, recursos tais como educação, saúde, saneamento básico, habitação, renda, dentre outros (OLIVEIRA, 2002). Conforme o autor, ao se levantar o questionamento “para quem é destinada a escola pública no Brasil?”, constata-se que, de fato, a escola pública não é pensada para os

jovens trabalhadores da população, pertencentes à classe operária em suas diferentes configurações.

Nesse sentido, percebe-se que, muitas vezes, o trabalho, para os jovens em geral, é preferível aos estudos, uma vez que oportuniza acesso à renda de que necessitam, até mesmo para os estudos. Dessa forma, o trabalho acaba sendo outro grande entrave para a continuação dos estudos pelas jovens.

Percebe-se isso quando se verifica que o segundo fator marcado como impeditivo para a volta aos estudos pelas jovens entrevistadas foi a *carga horária do trabalho*. Alternativa correspondente ao motivo listado por 29,1% das jovens entrevistadas que não estudam.

Deve-se considerar, ainda, o fato de que, em relação às jovens entrevistadas, a renda obtida pelo trabalho remunerado no âmbito do comércio e/ou de serviços em Santa Terezinha de Itaipu é, muitas vezes, a principal garantia de sua sobrevivência e, até mesmo, de sua família. Destaca-se, nesse conjunto de imediatividade, que a renda proveniente desse trabalho é a grande parte da renda da família toda dessas jovens. Esse fato também pode ser considerado um dos motivos de essas jovens escolherem deixar os estudos para continuarem trabalhando.

Conforme Schwartzman e Cossío (2007), essa é a situação pela qual passam muitos jovens brasileiros de baixa renda. Os autores dizem que esses jovens, muitas vezes, vivem em uma situação dramática, espremidos entre um sistema de educação pública de má qualidade e, a partir da adolescência, há a necessidade de assalariar-se em um mercado de trabalho precário e de difícil entrada que os faz optar pelo último em detrimento do primeiro.

Por isso, verifica-se, no item a *falta de interesse próprio* como um dos grandes motivos para que essas jovens não retornem aos bancos escolares, compreendendo as marcações de 20% das jovens entrevistadas que não estudam.<sup>14</sup>

Outro motivo que também corresponde às marcações de 20% das jovens entrevistadas que não estudam foi o *tempo que essas jovens precisam dedicar aos filhos*. Nesse entendimento, há o envolvimento de questões culturais consideradas por Probst (2008), Hirata (2003) e Alvarenga (2008). Probst (2008) acredita que os encargos decorrentes da maternidade, tradicionalmente atribuídos à mulher, impõem o cuidado da casa, o cuidado dos filhos e a tarefa de guardiã do afeto e da moral da família. E, uma vez

---

<sup>14</sup>Com relação a esse ponto, há que se considerar os estudiosos que tratam da educação. Entre eles, destaca-se o pensamento de Paro (1997) e de Cunha (1994). Paro (1997) diz que a escola pouco ou nada tem feito para tornar o ensino prazeroso, condição necessária para despertar o interesse do educando. Cunha (1994) acresce que a escola está parada no tempo, continuando a funcionar sem perceber as mudanças sociais e tecnológicas do mundo à sua volta e reforça que a escola deixa muito a desejar porque é prescritiva e simplista. A autora considera que o ensino é repetitivo e conservador, o que afasta o interesse do aluno. Afirma que é preciso repensar, pois os modelos prontos não servem mais. A prática está demonstrando isso. Cabe aqui rever a opinião dialética de Mészáros (2008) relativa à relação educação e capital, que considera que, para o capitalismo, a escola está muito bem do jeito que está e, por isso, além dessa paralisação, verifica-se um enorme grau de descomprometimento, tanto com a escola, quanto com a mudança dela.

que não há divisão justa dos cuidados com os filhos entre pais e mães, a mulher adquire, no decorrer da vida, certa desvantagem social em relação aos homens. Essa situação ocorre à medida que restringe suas possibilidades de inclusão em vários campos da sociedade, devido às funções de gestação, amamentação e cuidados de criação com os filhos (HIRATA, 2003).

O tempo dedicado aos cuidados com a casa e o tempo dedicado aos cuidados com o esposo também foram citados pelas jovens entrevistadas como fatores que impedem o retorno aos bancos escolares. O *cuidado com a casa* é um dos motivos de 10,9% das jovens e o *tempo dedicado aos cuidados com os esposos* corresponde a 7,3% das jovens.

Ao se congregarem os itens de cuidados supracitados (com filhos, casa e com o esposo), haverá um percentual significativo das respostas das jovens, 38,2%.

Sorj (2004, p.13), citado por Alvarenga (2008) descreve que:

[...] na limpeza da casa, cozinhar, lavar, passar, entre outros cuidados com a casa, os maridos dedicam em média menos que 2,5 horas por semana, enquanto que as mulheres investem quase 28 horas por semana. Com os cuidados com as crianças, os maridos não chegam a gastar 3 horas semanais, enquanto que suas companheiras comprometem mais de 18 horas por semana.

Acredita-se que, quanto melhor for a inserção da mulher no mercado de trabalho e melhor for o nível educacional, menor será a desvantagem da mulher em relação ao homem quanto à divisão dos trabalhos domésticos (ALVARENGA, 2008).

Entretanto, as oportunidades para esses avanços são limitadas para as jovens entrevistadas nesse estudo. Como já descrito, as empresas locais não exigem elevados níveis de escolaridade ou qualificações profissionais específicas, o que não incentiva a procura dessas jovens trabalhadoras por obterem maiores níveis de escolarização ou qualificação profissional.

Assim, a *não exigência de qualificação por parte da empresa em que a jovem trabalha* e a *não exigência de qualificação por parte das empresas que disponibilizam vagas no município* representam, agregadas, 14,5% das marcações das jovens entrevistadas que não estudam.

Essa descrição dos motivos que as impedem de retornar aos bancos escolares demonstra a falta de percepção delas em relação à verdadeira importância da educação, pois esta, quando é de qualidade, ultrapassa a fronteira do conhecimento científico para a apreensão do conhecimento cognitivo, do conhecimento para a vida.

Nesse sentido, pode-se afirmar que os conflitos passam a ser, também, uma questão de sensibilização. A educação que visa ao desenvolvimento de fato deverá obter maior qualidade em relação ao que se dispõe atualmente. Entretanto, faz-se necessário desenvolver nos indivíduos, *a priori*, a percepção de sua importância e, posteriormente, de sua necessidade, para que se possa promover a emancipação. Os indivíduos precisam primar pela qualidade da sua educação, para que se emancipem e exijam a qualidade necessária para as novas gerações, a fim de que o avanço rumo ao desenvolvimento aconteça (OLIVEIRA, 2002).

Freire (2006) afirma ainda que a humanidade tem o direito de obter um esclarecimento sobre a sua própria realidade através do conhecimento e da educação e, a partir desse conhecimento, desenvolver formas de fazer da sua vivência uma ação melhorada.

Partindo dos motivos que levam as jovens entrevistadas a não buscarem avançar na escolaridade, serão discutidos, a seguir, os fatores que determinam as escolhas das jovens entrevistadas que estudam.

#### **CONDIÇÕES POSITIVAS PARA A FREQUÊNCIA ESCOLAR DAS TRABALHADORAS**

Nesse item serão apresentados os dados que demonstram os motivos que levam à “escolha” das jovens entrevistadas por continuarem os estudos. Essa questão foi direcionada para as 43 jovens entrevistadas que estão estudando atualmente. Todas as jovens responderam ao questionamento, descrevendo mais de um motivo que as incentivam a frequentar os bancos escolares.

Cabe registrar, de início, que apenas uma alternativa obteve o consentimento de todas as jovens entrevistadas que estudam. Trata-se da alternativa em que as jovens que estão estudando consideram que o fazem para obter uma *qualificação profissional*. Essa unanimidade para a questão da qualificação profissional demonstra que existe uma relação intrínseca entre estudo e trabalho. Há, além dessa alternativa, outras que também podem ser relacionadas ao mercado de trabalho de modo geral.

Uma delas representa 83,7% das jovens que estudam. Esse percentual corresponde às jovens que acreditam que *as oportunidades de trabalho com maior remuneração* são consideradas responsáveis pela opção pelo estudo.

Outra corresponde a 55,8% das entrevistadas que estudam. Essa alternativa representa as jovens que entendem que *as oportunidades de vagas de trabalhos melhores* estimulam-nas a continuar os estudos. É no que acredita Menezes-Filho (2001): “as melhores vagas de trabalho são as que oferecem os maiores salários”.

44,2% acreditam que a *competitividade do mercado de trabalho* é um dos motivos que as impulsionam a estudar.

Além dessas quatro alternativas supracitadas, pode-se, também, relacionar ao mercado de trabalho local as alternativas: o *salário maior oferecido dentro da empresa* e *as oportunidades de avanços internos na empresa*, que compreenderam 25,6% e 18,6% das jovens entrevistadas, respectivamente. São alternativas que foram menos consideradas porque muitas jovens não consideram o mercado de trabalho local tão competitivo.

Conforme as respostas das entrevistadas, destacam-se outros motivos, não intrinsecamente relacionados ao mercado de trabalho, mas listados pelas jovens como incentivadores dos estudos. Esses motivos representam as opções pessoais das jovens que acreditam que estudam também para obterem o *aprimoramento de seus conhecimentos* (79,1%) e alcançarem a *satisfação pessoal* através do conhecimento e da elevação do nível de escolaridade (9,3%).



Em síntese, esses dados demonstram que as jovens que estudam, em sua maioria, estão relacionando estritamente a elevação da escolaridade com uma melhor colocação no mercado de trabalho. Firma-se essa convicção porque se percebe que as respostas mais descritas pelas jovens foram as que condicionam o ato de frequentar os bancos escolares à inserção no mercado de trabalho.

Finaliza-se essa apreciação, acrescentando que outras manifestações presentes na pesquisa realizada e percebidas através do instrumental – questionário – aplicado poderiam fazer parte da análise. Buscou-se, no entanto, responder ao problema de estudo e ao objetivo geral da pesquisa e, com certeza, em novas oportunidades, outras determinações poderão ser apreciadas. Finaliza-se a análise, compreendendo seus limites, porém, sob o crivo da apropriação científica, acredita-se que o que ora elucidou-se permite dar à luz ao que, a nós, estava na escuridão.

### **CONCLUSÃO**

Compreende-se que esse momento não é de finalização, mas um momento de impulso para outros desafios. Demonstrando os limites e as possibilidades deste estudo, acredita-se que há condições de sempre recomençar, mesmo quando os resultados da pesquisa apontam para o aprofundamento da negação das relações estabelecidas entre capital/trabalho.

A relação estabelecida entre processo de formação escolar e exercício profissional é sempre, no modo de produção capitalista, motivo de antagonismo e contradição. No entanto, nesse estudo, buscou-se demonstrar e analisar criticamente o objeto em movimento. Esse procedimento contribuiu para revelar, em sua particularidade, elementos que podem, de imediato, contribuir para o próprio estudo, mas também, e assim pretende-se que seja, conteúdos que inquietem outros pesquisadores em diferentes áreas do conhecimento.

O que se percebe é a necessidade do comprometimento por parte de quem já percebe as fragilidades expostas nesse texto, relativas aos conflitos que envolvem os jovens, o mercado de trabalho e a formação educacional. Também das instituições educacionais de modo geral, no sentido de aproveitar os espaços para falar sobre o assunto; das instituições políticas para dar aberturas a essas temáticas e inseri-las nos programas sociais existentes; e da sociedade mais esclarecida sobre essa necessidade, para promover a sensibilização do restante da população a fim de que as mudanças sociais, através de uma possível conscientização, possam acontecer.

É preciso romper com a lógica do capital e desconstruir modelos preestabelecidos. É imprescindível que todos assumam suas responsabilidades como cidadãos, pois, conforme Paulo Freire, não se pode estar no mundo de costas, como se nada se tivesse a ver com a realidade. Precisa-se de seres que possam sair da situação de conformismo, de seres que partam para a ação.

Nasce, a partir dos levantamentos expostos nesse trabalho, a necessidade de se ampliar os estudos, de divulgar e debater sobre os meios de prover a

combinação apropriada entre a instituição de uma educação de qualidade e o apoio financeiro e político aos jovens que necessitam e que são excluídos desse processo. Acredita-se que o acesso a esses meios poderá fazer com que o círculo vicioso da pobreza, do desemprego, da má formação educacional e de todas as suas consequências seja minimizado. No entanto, sabe-se que essas ações são paliativas, quando não conseguem sair da esfera do imediato e sempre reprodutivo, em relação ao projeto societário burguês em vigência neste início de século XXI. É necessário projetar no interior dos mesmos processos revolucionários a criação de novas bases para que o projeto emancipatório possa nascer, crescer e negar o projeto existente. A educação é um fio condutor desse processo, mas não é o processo determinante. Sua existência emancipadora é resultado do projeto revolucionário.

## REFERÊNCIAS

- AGOSTINI, João Carlos. **Brasileiro, sim senhor!** São Paulo: Moderna, 2004.
- ALBERNAZ, Ângela; FERREIRA, Francisco H. G.; FRANCO, Creso. **Qualidade e eqüidade na educação fundamental brasileira.** Texto para discussão n. 455. Departamento de Economia, PUC-RIO. Maio/2002. Disponível em: <<http://www.economia.puc-rio.br/pdf/td455.pdf>>. Acesso em: 10/05/ 2011.
- ALVARENGA, Carolina Faria. **Relações de gênero e trabalho docente:** jornadas e ritmos no cotidiano de professoras e professores. 2008. 174f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, São Paulo, 2008.
- ALVES, Lucir Reinaldo *et al.* O Continuum, a localização do emprego e a configuração espacial do Oeste do Paraná. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**, v.2, n.2, jan.-jun. 2007.
- ALVES, Pedro. **A informalidade, uma resposta do projeto societário capitalista à questão social do desemprego:** o caso dos ex-bancários do Banestado em Cascavel. 2005. 169 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), *Campus* de Toledo.
- ANTUNES, Ricardo L. C. (Org.). **A Dialética do Trabalho:** escritos de Marx e Angels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- BATISTA, Alfredo Aparecido. **A questão social e as refrações no serviço social brasileiro na década de 1990.** 2002. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 10 jan. 2013.
- \_\_\_\_\_. **Estatuto da criança e do adolescente - ECA.** Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)>. Acesso em: 20 jan. 2012.
- \_\_\_\_\_. **Estatuto da Juventude.** Projeto de Lei n. 4.529, de 2004. Dispõe sobre o Estatuto da Juventude e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.ujc.com.br/estatutodajuventude/arquivos/pl\\_estatuto\\_juventude.pdf](http://www.ujc.com.br/estatutodajuventude/arquivos/pl_estatuto_juventude.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2013.
- CARVALHO, José Alberto Magno de; SAWYER, Diana Oya; RODRIGUES, Roberto do Nascimento. **Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia.** 2.ed. São Paulo: ABEP, 1994. 63p. (Textos didáticos, 1).
- CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE Carla Coelho de. (Org.). **Juventude e políticas sociais no Brasil.** Brasília: Ipea, 2009.
- CUNHA, Maria Isabel da. **O Bom professor e sua prática.** 4.ed. Campinas, SP: Papirus, 1994.

FORTE, Sérgio Henrique Arruda Cavalcante. **Manual de elaboração de tese, dissertação e monografia**. 4.ed. Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 2004.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 25.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 33.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

HIRATA, Helena. Tecnologia, formação profissional e relações de gênero no trabalho. **Revista Educação e Tecnologia**, Belo Horizonte, v.6, n.1, p.144-156, maio 2003. Disponível em: <<http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/revedutec-ct/article/viewFile/1081/684>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). Disponível em: <[http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados\\_do\\_censo2010.php](http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados_do_censo2010.php)>. Acesso em: 18 jun. 2011.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: volume 1: livro primeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MENEZES-FILHO, Naercio Aquino. **A Evolução da educação no Brasil e seu impacto no mercado de trabalho**. Departamento de Economia Universidade de São Paulo. Março de 2001. Artigo Preparado para o Instituto Futuro Brasil. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/jornaleeducacao/biblioteca/publicacoes/A%20Evolucao%20da%20educacao%20no%20Brasil%20e%20seu%20impacto%20no%20Mercado%20de%20trabalho.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2013.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). **Bases estatísticas da RAIS**. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/rais/estatisticas.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio - ago. 2002.

PARO, Vitor Henrique. Administração escolar e qualidade do ensino: o que os pais ou responsáveis têm a ver com isso? In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO, 18., 1997, Porto Alegre. **Anais: Sistemas e instituições: repensando a teoria na prática**. ANPAE, 1997, v. 1, p. 303-314.

PROBST, Elisiana Renata. **A evolução da mulher no mercado de trabalho**. Instituto Catarinense de Pós-Graduação – ICPG. 23 out. 2008. Disponível em: <<http://www.posuniasselvi.com.br/artigos/rev02-05.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2011.

ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.). **Trabalho e gênero: Mudanças, permanências e desafios**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

SANCHIS, Enric. **Da escola ao desemprego**. Rio de Janeiro: Agir, 1997.

SCHWARTZMAN, Simon; COSSÍO, Mauricio Blanco. Juventude, educação e emprego no Brasil. **Cadernos Adenauer - Geração Futuro**, v. VII, n.2, p.51-65. 2007. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/2007juventude.pdf>>. Acesso em: 6 jan. 2013.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3.ed.rev.atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

VALVERDE, Rodrigo Ramos Hospodar Felipe. Transformações no conceito de território: competição e mobilidade na cidade. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n.15, p.119-126, 2004. Disponível em: <<http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp15/Artigo8.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2012.

**Data da submissão:** 21/02/2013  
**Data da aprovação:** 18/09/2013